

**2 ANOS  
DE GOVERNO**

EIXO



**MELHORIA  
DA EFICIÊNCIA  
DO ESTADO**

## EIXO MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO ESTADO

**O Governo Federal tem promovido, desde 2016, auditorias em diversos programas.** A iniciativa resultou na suspensão de pagamentos indevidos em auxílios-doença e aposentadorias por invalidez do INSS; Benefícios de Prestação Continuada (BPC); seguro-defeso do pescador artesanal; e Bolsa-Família, evitando prejuízos com pagamento de benefícios irregulares. Outras medidas como o lançamento da carteira de motorista digital e o reconhecimento facial biométrico nos aeroportos têm facilitado a vida do cidadão sem abrir mão da segurança. Na saúde, o prontuário eletrônico tem aumentado a eficiência para usuários e gestores. Outra prioridade do Governo é a área de segurança pública, para a qual foram destinados recursos para os próximos cinco anos. Por sua vez, mais de um milhão de ações que tramitam pelo Judiciário brasileiro poderão ser extintas com o acordo mediado pela Advocacia-Geral da União entre poupadores e bancos, referente aos planos econômicos dos anos de 1980 e 1990. Já a Lei de Governança das Estatais eleva a um novo patamar a capacidade de gestão das empresas e a transparência das informações.

## COMBATE À CORRUPÇÃO

### Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

**Ações de combate à corrupção** - No campo das ações de controle, um dos destaques foram as operações especiais, em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). Em 2017, foram 68 operações especiais (recorde histórico e 28,3% superior às 53 operações de 2016) realizadas em conjunto, que conseguiram apurar e investigar um prejuízo de cerca de R\$ 500 milhões. Desde 2003 até o primeiro trimestre de 2018, foram deflagradas 324 operações e R\$ 4,6 bilhões de danos ao erário identificados. As principais políticas públicas afetadas são da área de saúde e educação, com cerca de 70% dos casos.

Detecção de casos de corrupção e má gestão: A detecção dos casos de corrupção representou para os cofres públicos mais de R\$ 4,5 bilhões de economia efetiva. São benefícios financeiros decorrentes das auditorias e fiscalizações da Controladoria-Geral da União em 2017. Desde 2012, são R\$ 22,3 bilhões.


A economia inclui:

- Cancelamento de licitação/contrato com objeto desnecessário;
- Recuperação de valores pagos indevidamente;
- Redução nos valores licitados/contratados;

- Elevação da receita; e
- Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos (entre outras).

**Punições adotadas aos servidores** - O Governo Federal expulsou, em 2017, 506 servidores públicos. O principal motivo foi a comprovação da prática de atos relacionados à corrupção, com 66% do total. Desde 2003, são mais 6,7 mil demissões, cassações de aposentadorias e destituições de cargos em comissão. Somente em janeiro de 2018, já foram 70 punições expulsivas. O Governo Federal firmou ainda, entre junho e dezembro de 2017, 140 termos de ajustes de conduta (TACs) com servidores que cometeram infrações leves. A simplificação do procedimento apuratório gerou uma economia potencial de R\$ 7 milhões aos cofres públicos.

**Punições adotadas às empresas** - Para as empresas, o Governo Federal atingiu a marca inédita de 183 processos administrativos de responsabilização (PARs), investigações em andamento contra empresas por atos de corrupção. Como resultado das apurações, já foram aplicadas 30 penalidades, com multas sobre o faturamento bruto anual, que totalizam mais de R\$ 12 milhões. Em 2017, cerca de 1,9 mil entes privados foram penalizados por irregularidades. No âmbito da Operação Lava Jato, a empresa Sanko Sider foi punida, em março de 2018, por irregularidades em contratos com a Petrobras. Dessa forma, agora são oito empresas declaradas inidôneas e proibidas de contratar com o setor público (Mendes Júnior, Skanska, Iesa Óleo & Gás, Jaraguá Equipamentos Industriais, GDK S/A, Alumini Engenharia S/A, Tomé Engenharia S/A e Sanko Sider). Já em relação à Lei Anticorrupção, em 2017, foram assinados dois acordos de leniência com a UTC Engenharia (R\$ 574 milhões) e a Bilfinger (R\$ 9,8 milhões). Há ainda cerca de dez em negociação, sendo dois próximos da formalização.



**Articulação Internacional (acordos)** – Brasil e Colômbia firmaram, em fevereiro de 2018, o primeiro acordo de cooperação bilateral para aprimorar a investigação, o compartilhamento de informações e a aplicação de sanções administrativas a empresas envolvidas em casos de corrupção e suborno transnacional. O Ministério da Transparência (CGU) tem a meta de assinar, até o final do ano, acordos bilaterais com todos os países da América Latina que possuem legislação de responsabilização de empresas.

**Articulação Internacional – Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA)** – O Brasil foi bem avaliado na última rodada de acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em março de 2018. A análise da implementação produziu um relatório final sobre temas como aquisição de bens e serviços por parte do Estado; tipificação de atos de corrupção e sistemas de proteção de denunciante. A Lei Anticorrupção, o Pró-Ética e o Sistema e-Ouv foram destaques entre as medidas de prevenção e combate à corrupção.

## **EFICIÊNCIA NA GESTÃO**

### **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

**Programa Agro+ Integridade** – Prêmio de reconhecimento às empresas e entidades do setor que adotam práticas de governança e gestão capazes de evitar desvios de conduta e de fazer cumprir a legislação, em especial, a Lei Anticorrupção. A premiação do Selo Agro+ Integridade está prevista para ocorrer no Dia da Agricultura, 17 de outubro de 2018.

### Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

**Integridade - 4ª Conferência Lei da Empresa Limpa** - O Governo Federal reconheceu 23 empresas, de diversos portes e setores da economia, com o selo de integridade Pró-Ética 2017. As companhias foram aprovadas como comprometidas com a implementação de medidas e políticas de prevenção e combate à corrupção nas suas relações de negócio com os setores público e privado.

**Ouvidoria Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas** - O Governo Federal facilitou o acesso automatizado de cidadãos e instituições que desenvolvem aplicativos que avaliam serviços e políticas públicas, ao Sistema Informatizado de Ouvidorias (e-Ouv). Por meio da iniciativa, em 2017 foram analisados mais de 140 mil denúncias e manifestações de cidadãos sobre serviços públicos do Governo Federal, com a geração de sete relatórios de avaliação cidadã. As principais parcerias firmadas com aplicativos foram: “Tá de Pé?”, em que o cidadão monitora a construção de creches; “Monitorando a Merenda”, onde alunos avaliam a qualidade da merenda escolar; “Todxs”, registra casos de LGBTfobia; e “Reclame Aqui” (sítio).

**Ouvidoria Simplifique!** - O Governo Federal lançou, em janeiro, um novo canal *online* para que os brasileiros proponham mudanças que facilitem o acesso, a qualidade e a execução dos serviços públicos. A iniciativa é um desdobramento do Decreto de Desburocratização (Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017), que busca melhorar o atendimento aos usuários, reduzir o excesso de burocracia e gerar agilidade, economia aos cofres públicos.

## Ministério do Trabalho

**Observatório Nacional do Mercado de Trabalho** - Em fevereiro de 2017 foi lançado o Portal do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, que reúne informações sobre sete bases de dados (entre elas a Relação Anual de Informações Sociais, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e o Cadastro Único), publicações e notícias relacionadas à dinâmica do mercado de trabalho. Integra duas importantes ferramentas para a gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil: o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho e o Ambiente Virtual da Rede Observatórios do Trabalho.

**Sistema antifraude no Seguro-Desemprego** - O sistema antifraude foi implantado em dezembro de 2016. Até 15 de março de 2018, a economia para os cofres públicos foi de R\$ 946 milhões e registrou valores bloqueados de R\$ 294 milhões. O sistema é baseado em uma plataforma tecnológica que amplia a capacidade de identificação de requerimentos suspeitos e bloqueia pagamentos indevidos do seguro-desemprego. A base para o rastreamento é o CPF do trabalhador.

**Seguro-Desemprego via *web*** - Até o dia 15 de março de 2018 foram encaminhados 6.139 requerimentos via *web*. A novidade permite que o benefício seja solicitado de casa, assim que o trabalhador recebe os documentos demissionais. O procedimento ainda não elimina a necessidade de o profissional ir até um posto do Sine, mas agiliza o processo do atendimento nas agências, funcionando como papafilas. O prazo de 30 dias para receber o benefício começa a contar no momento em que o trabalhador preenche o cadastro no Emprega Brasil - e não após o atendimento presencial.


**Fiscalização de normas trabalhistas** – O Ministério do Trabalho realizou mais de 205 mil fiscalizações relativas ao cumprimento das normas trabalhistas e de segurança e saúde no trabalho em todo País em 2017. No combate ao trabalho análogo ao de escravo, mais de 3,7 mil trabalhadores foram alcançados pela fiscalização. Destes, 407 foram resgatados. Mesmo com o contingenciamento, a fiscalização do Ministério do Trabalho conseguiu que os grupos móveis mantivessem uma média de quatro ações mensais de combate ao trabalho análogo ao de escravo durante o ano.

### **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

**Painel de preços de referência para compras públicas** – Lançado em abril de 2017, é ação de caráter contínuo. A ferramenta permite pesquisar, analisar e comparar os preços praticados pelo Governo Federal nas contratações de materiais e serviços. A iniciativa apoia os gestores públicos na realização de pesquisas de mercado, análise e comparação de preços de referência na aquisição de bens e contratação de serviços gerais para a Administração Pública.

**Reforma administrativa** – Concluída em setembro de 2017, a reforma administrativa promovida pelo Governo Federal extinguiu 4.184 cargos e funções, reduzindo despesas orçamentárias anuais em mais de R\$ 200 milhões. Além disso, do total de cargos comissionados, o Governo está convertendo 10.462 Cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) em Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), que só podem ser ocupadas por servidores públicos concursados. Até fevereiro de 2018, mais de 9.232 cargos de DAS já foram transformados em FCPE. Outra medida relacionada aos cargos comissionados, adotada em 2017, estabelece percentuais mínimos para a ocupação de cargos DAS 5 e 6, por servidores efetivos. Pelo menos 60% dos mais altos cargos comissionados do Governo Federal passam a ser ocupados por servidores que ingressaram na carreira por meio de concurso público.





**Centro de Serviços Compartilhados** - Em março de 2017, o TáxiGov inaugurou o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), com economia estimada de R\$ 20 milhões por ano. O CSC é uma unidade especializada na prestação de serviços administrativos para os órgãos do Poder Executivo Federal. O objetivo é a redução de custos da cadeia de suprimentos de serviços administrativos de uso comum, com ganhos de escala, qualidade e eficiência.

### **Ministério da Fazenda/Receita Federal**

**Reconhecimento facial biométrico** - Com o novo sistema de reconhecimento facial, apresentado em julho de 2016 pela Receita Federal, os passageiros de voos internacionais que chegam aos aeroportos brasileiros são identificados por meio do reconhecimento das características faciais exclusivas de cada indivíduo. A novidade facilita a vida dos passageiros e otimiza o trabalho do Fisco. O sistema foi entregue definitivamente em abril de 2017.

### **Ministério das Cidades**

**CNH Digital** - O Detran-DF é o segundo órgão de trânsito do País a adotar a CNH digital. O primeiro foi o de Goiás, ambos em 2017. Atualmente, mais de 200 mil condutores de veículos do DF, que possuem a CNH em papel com *QR Code* no verso, podem solicitar suas carteiras digitais. Entre as principais vantagens da Carteira de Motorista Digital estão a praticidade e a segurança, já que o documento eletrônico armazena dados em *QR Code*, dentro de um sistema criptografado de acesso às informações. O código bidimensional é um item de segurança que já está presente, desde maio de 2017, nas novas carteiras de motorista impressas e, agora, no documento digital com um sistema ainda mais seguro.

### **Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades e de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações**

**Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha de Proteção do Clima na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (ProteGEEr)** – Trata-se de um projeto de cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha para promover uma gestão sustentável e integrada dos resíduos sólidos urbanos, articulada com as políticas de proteção do clima, assinado em março de 2018.

### **Advocacia-Geral da União**

**Acordos de planos econômicos** – A Advocacia-Geral da União mediu acordo entre poupadores e bancos referente aos planos econômicos dos anos 1980 e 1990. O acordo foi homologado em 1º de março de 2018 pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, e se refere à correção de aplicações na poupança durante a vigência dos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991). Mais de um milhão de ações que tramitam pelo Judiciário brasileiro poderão ser extintas.

### **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

**Boletim das Empresas Estatais Federais – 5ª edição** – As empresas estatais federais evoluíram de um prejuízo de R\$ 32 bilhões, em 2015, para um lucro de R\$ 28,4 bilhões\*, em 2017, representando uma variação positiva de R\$ 50,9 bilhões. Esse é um dos principais destaques do 5º Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado em março de 2018, referente ao quarto trimestre de 2017. Ao longo do ano passado, houve uma redução de mais de 28 mil empregados. Grande parte desse quantitativo resultou da implantação de Programas de Desligamento Voluntário, responsáveis pela redução de 90,2% (25.933) do total.

\*Resultado dos conglomerados das Empresas Estatais Federais Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa, Eletrobras e Petrobras. O resultado das demais empresas estatais ainda não foi publicado.

## Ministério Extraordinário de Segurança Pública

**Emissão de passaportes e fiscalização** – Emissão de cerca de 730 mil passaportes e aproximadamente nove milhões de atendimentos no controle migratório de janeiro a março de 2018:

- Conclusão da integração do Sistema de Emissão de Passaportes com a base de dados do TSE e SERMIL, permitindo a dispensa de apresentação da quitação eleitoral e do certificado de reservista;
- Aumento de efetivo e reforço da estrutura para atendimento de solicitantes de refúgio em Boa Vista (RR);
- Conclusão da pesquisa/censo de imigrantes venezuelanos em Roraima para subsidiar políticas públicas de interiorização;
- Assinatura do contrato de manutenção do AFIS-PF, possibilitando o restabelecimento do sistema responsável pela identificação biométrica criminal e de pesquisa de fragmentos levantados em local de crime;
- Identificação biométrica de 48 brasileiros presos na Bolívia;
- Capacitação para 15 policiais estrangeiros na revelação de impressões digitais em embalagens de drogas, com foco no tráfico internacional (Intercops-Guarulhos; e


- Segurança de autoridades estrangeiras, autoridades brasileiras, prisões de foragidos internacionais, prisões de foragidos brasileiros, extradições, localização de pessoas desaparecidas e mais de quatro mil demandas/informações de cooperação policial internacional, originadas do Brasil ou do exterior.

### **Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Saúde**

**Informatização na Saúde digiSUS** - Lançado em dezembro de 2016, a plataforma de informatização visa a contribuir para aumentar a qualidade e ampliar o acesso à atenção à saúde por meio do registro e o compartilhamento de dados individualizados de procedimentos e prontuários dos usuários do SUS, da marcação de consultas na atenção básica de saúde (agendamento *online* de consultas) em âmbito nacional e de diversos outros recursos para os gestores do SUS. Atualmente, 18.516 Unidades Básicas de Saúde contam com o prontuário eletrônico implantado. Antes do lançamento, apenas 920 unidades contavam com essa informatização da informação do paciente. A meta até 2018 é que as mais de 40 mil UBS tenham implantado o prontuário eletrônico. Foram adquiridos três novos servidores que aumentam em dez vezes a capacidade de armazenamento e processamento de dados de saúde enviados por Estados e Municípios. O investimento do Governo Federal foi de R\$ 67 milhões.

### **Ministério da Saúde**

**Fazer mais com os mesmos recursos disponíveis na saúde** - De maio de 2016 a dezembro de 2017, o Governo Federal economizou R\$ 5 bilhões com ações administrativas, negociação e revisão de contratos. O valor foi reinvestido completamente no SUS. O valor de R\$ 2,5 bilhões foi destinado para habilitar serviços de média e alta complexidade e para o SAMU192. Já R\$ 1 bilhão foi para credenciamento de



novas equipes na Atenção Básica. Além dessas ações com a renegociação de contratos, foi possível aumentar o acesso da população aos medicamentos, aumentando a cobertura de vacinas e incluindo tratamentos inovadores.

### **Ministério de Minas e Energia/ Departamento Nacional de Produção Mineral**

**Revitalização da Indústria Mineral Brasileira** - O Governo Federal apresentou, em julho de 2017, o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, que trouxe mudanças essenciais para o setor. Em 18 de dezembro de 2017, foi sancionada a Lei nº 13.540, que altera a legislação de regência da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que corresponde aos *royalties* da mineração. Os Municípios afetados pela atividade de mineração foram contemplados. A nova distribuição passou a ser: União (10%), Distrito Federal e Estados Produtores (15%), Distrito Federal e Municípios produtores (60%) e Distrito Federal e Municípios afetados (15%). Ainda em dezembro, foi sancionada a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME). A criação da Agência, além de proporcionar mais agilidade e mais eficácia nas decisões que orientam o mercado de mineração, deve reduzir riscos e incertezas, recuperando a credibilidade e a atratividade da indústria mineral brasileira para os investidores privados.

## **MELHORIA DO GASTO PÚBLICO**

### **Ministério do Desenvolvimento Social/Instituto Nacional do Seguro Social**

**Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - Até o dia 21 de março de 2018, o Governo Federal economizou R\$ 5,8 bilhões com a revisão

dos benefícios por incapacidade pagos pelo INSS. Estão sendo convocados 552 mil beneficiários que recebem o auxílio-doença e que não passavam por perícia médica há mais de dois anos. Já foram enviadas mais de 980 mil cartas e realizadas 366.378 perícias. A ação resultou no cancelamento de 248.277 benefícios que estavam sendo pagos indevidamente. O pente-fino vai até dezembro de 2018.

### **Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União**

**Auditorias de avaliação dos benefícios sociais** – Auditorias contribuíram para evitar, entre maio de 2016 e maio de 2017, um prejuízo de R\$ 9,32 bilhões aos cofres públicos com benefícios sociais irregulares. O montante resulta, principalmente, de recomendações em trabalhos de auditoria e fiscalização, como avaliação contínua de programas sociais, revisão das regras e dos cadastros, e suspensão de pagamentos indevidos em: auxílios-doença e aposentadorias por invalidez do INSS (R\$ 4,5 bilhões); Benefícios de Prestação Continuada (R\$ 2,2 bilhões); seguro-defeso do pescador artesanal (R\$ 1,6 bilhão); e Bolsa-Família (R\$ 1,02 bilhão).

As avaliações sobre diversas ações e programas do Governo Federal servem de subsídio ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP). Os trabalhos geram recomendações junto aos ministérios gestores para correção dos problemas e irregularidades identificados.

**Auditorias de avaliação dos programas de Governo** – Nos últimos dois anos, a CGU concluiu avaliações de cerca de 30 programas do Governo Federal. Entre os principais trabalhos, avaliou-se a execução e a eficiência de programas como Proinfância, Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs), Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), Programa Nacional de Apoio ao Sistema, Prisional (Pnasp), Programa Água Para Todos e Programa Nacional de



Alimentação Escolar (PNAE). As avaliações servem de subsídio ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP). Os trabalhos geram recomendações junto aos ministérios.

### **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Banco Nacional do Desenvolvimento**

**Nova política operacional do Banco Nacional do Desenvolvimento** - O BNDES divulgou, entre dezembro de 2017 e março de 2018, novas políticas operacionais, com os critérios para a aprovação de financiamentos e as condições para futuros empréstimos. A prioridade se mantém para investimentos em projetos com retorno social, independentemente do setor.

As principais mudanças são:

- Entrada em vigor da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a TJLP como taxa básica das operações dos bancos;
- Alongamento dos prazos máximos de financiamento;
- Cálculo dos limites de participação atrelados ao investimento total; e
- Redução do *spread* básico.

As mudanças devem contribuir para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas, o crescimento econômico e a geração de empregos, bem como para a transparência nos critérios de financiamento.

## COMBATE AO CRIME

### Ministério Extraordinário de Segurança Pública

**Corregedoria de Polícia Federal** – As principais ações em 2017 foram o estabelecimento de metodologia para acompanhamento do sistema eletrônico de inquéritos policiais (ePo); e disponibilização, ainda em fase de testes, do relatório padrão de correições ordinárias para preenchimento nacional padronizado, via sistema (Siscart), de modo a padronizar e otimizar as correições no âmbito da Polícia Federal.

**Concurso público e capacitação** – Autorização para a realização de concurso público para preenchimento de 150 cargos de Delegado de Polícia Federal, 60 cargos de perito criminal federal, 180 cargos de agente de Polícia Federal, 80 cargos de escrivão de Polícia Federal e 30 cargos de papiloscopista policial federal.

Capacitação:

- Setenta e quatro cursos presenciais com 2.885 vagas;
- Cinquenta e oito cursos EAD com 6.322 vagas;
- Desenvolvimento de nove novos cursos EAD;
- Vinte e quatro vagas no mestrado acadêmico em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);



- Dezesete vagas no mestrado profissional em Administração Pública na Universidade de Brasília (UnB);
- Cinquenta e cinco vagas em cursos presenciais de pós-graduação executados pela ANP (especialização em Ciências Policiais e especialização em Direito de Polícia Judiciária);
- Oitocentos e sessenta e cinco vagas em dez cursos EaD de pós-graduação a nível de aperfeiçoamento (cursos para progressão profissional); e
- Oitenta vagas em Oficina de Elaboração de Material Didático, oferecido para as Forças de Segurança da Guiné-Bissau.

**Tecnologia da Informação** – Incremento de peritos criminais federais dedicados à Operação Lava Jato na SR/PF/PR e apoio ao Banco Nacional de Perfis Genéticos, para o qual a PF cedeu em missão por 12 dias, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MESP), um perito criminal federal para elaborar projeto de aquisição de *kits* e equipamentos para coleta de material biológico nos presídios. Com essa ação, almeja-se um incremento, ao final de 2019, de 70 mil perfis genéticos de condenados, atualmente em pouco mais de 2.800.

**Inteligência Policial** – Resultados em números:

- Seis Operações de Inteligência Policial;
- Operação Tamareira, realizada em fevereiro de 2018, com 22 mandados judiciais cumpridos, para instrução de investigação policial de lavagem de capitais e outros praticados por comerciantes da região da tríplice fronteira;

- Quantidade de 1.809 informações de inteligência;
- No total, 1.407 pesquisas para subsidiar indicações;
- Nove operações de contrainteligência; e
- Foram realizados dez cursos, certificando aproximadamente 500 alunos.

### **Combate ao crime organizado** – Resultado em números:

- Realização do 4º e 5º Curso de Investigação e Combate ao Crime organizado em 2018, alcançando aproximadamente 100 delegados e peritos da PF;
- Palestras/aulas para alunos da Força Nacional de Polícia Judiciária sobre criminalidade organizada;
- Alocação de efetivo policial federal para atuação no Estado do Ceará, em articulação com a Polícia Civil e Força Nacional de Polícia Judiciária; e
- Alocação de efetivo de policiais federais para atuação no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP/RJ), para promover maior integração com as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

## Ministério da Justiça

**Ampliação da Rede de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro** - Ampliação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (RedeLAB), em 2017, com a inauguração de dois Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro.

### **Cooperação Jurídica Internacional** - Resultado em números:

- Ampliação da cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas e transferência da execução da pena e recuperação de ativos:
  - Tramitação de 5.748 processos de cooperação jurídica internacional em 2017, o que resultou no aumento de 8% em relação ao ano de 2016; e
  - Setembro de 2017: o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) passou a exercer a função de autoridade central para os casos de subtração e de adoção internacional de crianças.
- Recuperação de ativos no exterior, oriundos de valores remetidos ilícitamente. Principais ações em 2017:
  - Bloqueados no exterior cerca de US\$ 250.000.000 e repatriados mais de US\$ 36.000.000.

- Extradicação e transferência de pessoas condenadas. Principais ações em 2017:
  - Extraditadas 59 pessoas, sendo 32 pedidos ativos e 27 pedidos passivos; e
  - Realizadas 14 transferências de pessoas condenadas, sendo sete pedidos ativos e sete pedidos passivos.

## SEGURANÇA PÚBLICA

### Ministério da Defesa

**Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro e varreduras em presídios** - A garantia da lei e da ordem consiste no emprego das Forças Armadas para promover a lei e a ordem nos Estados da Federação e nos estabelecimentos prisionais. As varreduras em presídios foram criadas para atender a uma necessidade de retirar ilícitos daquelas instituições no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018. Os militares realizaram 33 varreduras em 31 presídios de sete Estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte). Em julho de 2017, foi assinado Decreto Presidencial de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que autorizou a atuação de tropas das Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro. Em 2017, foram realizadas 27 operações de GLO no Rio de Janeiro, com um efetivo estimado de 59.753 militares. Também foram realizadas duas operações no Rio Grande do Norte, uma no Espírito Santo, uma no Amazonas, uma em Brasília e uma em todo o território nacional.

**Apreensão de drogas** - A Polícia Federal bateu seu recorde histórico de apreensões de cocaína e maconha em 2017. Com operações das Delegacias de Repressão a Entorpecentes e do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (GISE), a PF tirou de circulação 44,7 toneladas de cocaína e 313 toneladas de maconha. O valor de bens apreendidos também superou o ano de 2014, que detinha o recorde com R\$ 323 milhões, e alcançou a cifra de R\$ 591,4 milhões em bens apreendidos pelas ações da PF. A polícia rastreou e a Justiça apreendeu mais de R\$ 665 milhões em bens e em dinheiro do tráfico, quase o triplo do que em 2016, um recorde. As maiores apreensões foram no Paraná, em São Paulo e em Santa Catarina.

**Drogas apreendidas nas rodovias federais** - Entre julho de 2017 e abril de 2018, em ações da Polícia Rodoviária Federal, foram 14 mil pessoas presas, 205 toneladas de maconha e seis toneladas de cocaína e *crack* apreendidas, além de mil armas de fogo e 192 mil munições. Também foram recuperados 3,2 mil carros roubados/furtados/usados em outros crimes.

### **Ministério Extraordinário de Segurança Pública**

**Defensoria Sem Fronteiras** - Acordo de Cooperação Técnica firmado em janeiro de 2017 pelo Ministério da Justiça, pela Segurança Pública e pela Defensoria Pública da União promove ações nas prisões brasileiras.

Diversas ações da Defensoria Pública já foram realizadas no Amazonas e no Rio Grande do Norte, além de:

- Implantação de Centrais de Alternativas Penais e Centrais de Monitoração Eletrônica, atuando na redução no número de pessoas que adentram o sistema prisional;

## EIXO MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO ESTADO

- Promoção da utilização das audiências de custódia, em parceria com o sistema de justiça criminal;
- Realização de mutirão multidisciplinar para atendimento de 1.303 pessoas privadas de liberdade no complexo de Alcaçuz, em Natal (RN). A ação contemplou serviços de assistência à saúde; jurídico e serviços para regularizar a documentação pessoal básica;
- Implementação de rotinas de segurança para as visitas, garantindo integridade dos presos e dos visitantes, por meio da capacitação de aproximadamente 230 agentes penitenciários;
- Diagnóstico do sistema penitenciário nos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte, com atuação de defensores públicos dos Estados e da União, sendo realizados 5.215 atendimentos na região metropolitana de Manaus e 1.303 atendimentos em Natal;
- Realização do *Workshop* Internacional “Defensoria no Manicômio” decorrente do Programa “Defensoria no Cárcere”, no Rio de Janeiro;
- Contribuição com a execução do Compromisso 8 “Prevenção à Tortura, a Tratamento Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional” do 3º Plano de Ação Brasileiro na *Open Government Partnership* (Parceria para Governo Aberto), com a elaboração de recomendações para o aperfeiçoamento de metodologias de inspeção prisional; e
- Realização de vistorias em 15 estabelecimentos prisionais nos Estados de Goiás e Minas Gerais.

## **Projeto Mulheres Livres**

- Ação de levantamento de dados de mulheres privadas de liberdade com filhos nas unidades prisionais, com filhos na primeira infância e presas provisórias;
- Verificação situação processual, via Defensoria Pública e Núcleos de Práticas Jurídicas de Instituição de Ensino Superior; e
- Encaminhamento dos processos ao Poder Judiciário, com posterior encaminhamento à rede de proteção social.

Foram realizados os levantamentos de dados de mulheres privadas de liberdade nos Estados de SP, RJ, MG, PR e PE. Em GO e SC, o levantamento está em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica foi celebrado com os Estados do Paraná e Santa Catarina, como projetos-piloto.

**Programa Identidade Cidadã** – Durante 2017, foram realizadas ações no RN (Complexo de Alcaçuz), AM, MG, RR, CE, SC, BA, MA, MG, RR e MT. A ação consiste na pactuação local (entre a administração prisional e a associação dos cartórios de registro de pessoas) para organizar o fluxo de regularização e emissão de segunda via da Certidão de Nascimento/Casamento, seguida de uma execução *in loco* para a coleta dos dados visando à emissão em uma unidade prisional.

## **Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Resgata)**

- Criado com o objetivo de incentivar, estimular e reconhecer as organizações públicas ou privadas que


utilizam mão-de-obra oriunda do sistema prisional brasileiro. Encerrado o primeiro ciclo de concessão do selo, 113 entidades preencheram os requisitos da Portaria.

**Doação de veículos para Estados** - Em abril de 2017, foi concluída a doação de 292 furgões-cela e todos os 26 Estados e o Distrito Federal foram contemplados. Além disso, em novembro de 2017, mais nove Estados foram contemplados com a doação de 21 caminhões 4x4 para transporte de presos. A previsão é que mais 59 caminhões 4x4 sejam entregues no primeiro semestre de 2018. A medida aumenta a autonomia dos sistemas prisionais estaduais, promove maior segurança no transporte e locomoção de presos, bem como ajuda nas ações de ressocialização dos apenados.

**Plano Nacional de Segurança Pública** - Lançado em fevereiro de 2017, a execução do Plano começou pelas cidades de Natal, Aracaju e Porto Alegre. Para 2018 está prevista a finalização da revisão da versão 2.0. O Plano Nacional objetiva a integração, a coordenação e a cooperação entre Governo Federal, Estados e sociedade. Entre os pontos principais estão a modernização do sistema penitenciário - ação contínua - e o combate integrado às organizações criminosas. Também estão entre as prioridades a redução do feminicídio e da violência contra a mulher; a diminuição de homicídios dolosos; e o combate integrado ao tráfico de drogas e armas.

**Construção e reforma de presídios** - Repasse de R\$ 4 milhões para cada unidade federativa utilizar em itens de custeio, sendo recomendado o uso em bloqueadores de celular e escâner corporal. Vinte Estados optaram por investir em bloqueadores de celular, totalizando aproximadamente R\$ 48 milhões. Em janeiro de 2017, foi anunciada a construção de cinco presídios federais, com custo estimado entre R\$ 40 milhões e R\$ 45 milhões. De 2016 a 2017, o Governo Federal repassou cerca de R\$ 1,8 bilhão do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) às unidades da Federação para a construção e a reforma de presídios e penitenciárias.





**Criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública** - O novo Ministério foi criado em 26 de março de 2018, por Medida Provisória, e vai coordenar e promover a integração dos serviços de segurança pública em todo o território nacional em parceria com os entes federativos. A primeira ação que o Ministério assumiu foi a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, determinada via decreto em 16 de fevereiro. O Ministério Extraordinário da Segurança Pública incorporou funções que era, até então, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e que, agora, passa a ser Ministério da Justiça. Entre elas está o comando da Polícia Federal, do Departamento Penitenciário Nacional, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Polícia Rodoviária Federal. Sob o ministério, ficaram ainda os conselhos Nacional de Segurança Pública e Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

#### **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

**Linha de crédito para segurança pública** - O Governo Federal liberou uma linha de crédito de R\$ 42 bilhões para os Estados investirem em segurança pública. Os recursos estarão disponíveis ao longo de cinco anos. O dinheiro virá do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com contrapartida por parte dos Estados. Da parte do BNDES, estarão à disposição R\$ 33,6 bilhões - o restante será investido pelos governos estaduais. Ou seja, a cada ano, os Estados deverão cumprir uma contrapartida de 20% em investimento próprio. Para 2018, a previsão é da aplicação de R\$ 5 bilhões em segurança pública. Do total, R\$ 4 bilhões virão do BNDES.

